

SEMINÁRIO DE PESQUISA 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA

Coordenação: Wagner de Melo Romão (IFCH-Unicamp)

Resumo

Embora o tema das políticas públicas seja tradicionalmente referido à atuação dos governos nacionais e suas unidades subnacionais, seu estudo em termos mais amplos, sobretudo no contexto latino-americano, pode gerar pelo menos três tipos de ganhos analíticos e/ou práticos. Em primeiro lugar, há um ganho teórico-metodológico: a realização de pesquisas comparativas sobre políticas públicas em realidades nacionais diversas calibra o olhar dos pesquisadores para a compreensão mais acurada dos mecanismos acionados pelos governos em sua atuação junto à sociedade. Desse modo, ficamos mais aptos a formular generalizações que possam compor explicações mais completas sobre a ação do Estado na América Latina. Daí decorre que, em segundo lugar, ao se perceber as semelhanças e as complementaridades entre as políticas públicas da região, possa-se contribuir para a geração de processos de integração regional pela via das políticas públicas, que se somem com as iniciativas em torno do comércio e da infra-estrutura, de maneira a ampliar a qualidade de vida das populações e a diminuir as desigualdades sociais entre os países da região. Em terceiro lugar, o estudo das políticas públicas na América Latina pode melhorar nossa compreensão sobre as transformações políticas ocorridas na região desde o início dos anos 2000. Teriam elas se refletido na abertura dos governos à participação dos cidadãos, de maneira a se promover políticas públicas mais democráticas e potencialmente mais eficientes? Essas preocupações articulam-se na proposta desse seminário de pesquisa, pelo qual se pretende responder três conjuntos de indagações:

1. Como têm sido realizadas pesquisas comparativas sobre as políticas públicas nos países da América Latina?
2. É possível compreender a articulação de políticas públicas em nível regional como um elemento dos processos de integração da AL?
3. Como têm se dado, nas democracias da região, a participação dos cidadãos na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas?

Subtemas

- Políticas públicas em perspectiva comparada na América Latina
- Políticas públicas: via possível para a integração regional?
- Políticas públicas em contextos democráticos: participação da sociedade na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas

Sessão 1

Participação popular em políticas públicas no constitucionalismo Latino Americano

Fabianne Manhães Maciel

Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense - UFF

fabianne@id.uff.br

Diogo Quaresma dos Santos

Graduando da Universidade Federal Fluminense - UFF

diquaresma10@gmail.com.br

Resumo: O novo constitucionalismo latino-americano, também conhecido como constitucionalismo andino ou indígena tem como característica a reestruturação brusca na carta maior de vários países da América Latina, principalmente no que concerne ao reconhecimento de um Estado plurinacional e que tenha seus direitos reconhecidos e resguardados constitucionalmente. Tendo forte influência e pioneirismo no novo movimento constitucional na América Latina, o Brasil inovou com a promulgação da sua Constituição de 1988, chamada "constituição cidadã" juntamente com a Constituição colombiana de 1991 que deu o importante e inovador passo de adotar a plurijurisdição superando o monismo jurídico, que não mais atendia aos processos de transformação social intrínseco aos países latinos. Tais contribuições de forma direta incentivaram os demais países da América Latina a inovar seu ordenamento jurídico, fazendo com que os países passassem a ter uma proposta social e política, antecedida de movimentos que demonstraram a necessidade de uma mudança radical na sua carta magna, sendo os anseios do povo entregues a uma assembleia constituinte legítima que deveria reproduzir as atuais necessidades dos cidadãos. A preocupação com os aspectos políticos e principalmente sociais nas novas cartas políticas que vieram a surgir

passaram a ser associadas ao movimento, denominado de novo constitucionalismo latino americano, tendo como exemplo as Constituições da Colômbia de 1991 e do Equador de 2008. O objetivo principal do artigo é a análise da participação da sociedade no âmbito das referidas Cartas Constitucionais no que se refere às políticas públicas. Busca-se traçar os mecanismos de participação da sociedade nas políticas públicas de cada Estado fazendo um breve comparativo com os existentes no Brasil seja no que houver de comum ou peculiar, no que couber de original e como pode o ordenamento pátrio se aproveitar de tais avanços de modo a efetivar os anseios sociais em conformidade temporal com as necessidades da coletividade.

Palavras-chave: Constitucionalismo, participação popular, políticas públicas.

Políticas de Educação Infantil/Educación Inicial na Argentina, Brasil e Uruguai:
apontamentos de um estudo comparado

Andrea Cristiane Maraschin Bruscato
Doutoranda em Educação, UFRGS
bruscato@terra.com.br

Resumo: O direito à educação infantil despontou em vários países da América Latina após o processo de redemocratização. No Brasil, por exemplo, este direito consolidou-se na carta constitucional e através do reconhecimento da educação infantil como primeira etapa da educação básica, assegurado na Lei de Diretrizes e Bases. De lá para cá, tanto o Brasil como outros países da América Latina equalizaram políticas para a universalização das idades de 4 e 5 anos, como o Uruguai, onde esta faixa etária já faz parte da educação obrigatória. Para que o direito à educação infantil se consolide desde o nascimento, promovendo o desenvolvimento das potencialidades de cada criança, é preciso haver políticas que garantam atenção integral às necessidades das mesmas, que alicercem uma identificação clara da concepção de infância e que disponibilizem investimentos necessários à educação de qualidade, desde recursos, brinquedos, merenda a estruturas físicas e formação de professores. As paridades de oportunidades devem começar desde o nascimento para superar ou reduzir as situações de exclusão e desigualdade em que vivem muitas crianças da América Latina. Posto isso, este artigo assume como objetivo analisar alguns dispositivos legais (textos constitucionais, leis gerais da educação nacional e leis específicas da educação infantil) na década de 2000 que determinaram e balizaram as políticas públicas para a infância na Argentina, Brasil e Uruguai,

possibilitando assim, uma via de intercâmbio sobre os avanços das leis e os direitos das crianças à educação. Para tanto, foi utilizada a análise comparativa buscando semelhanças e diferenças entre os países. Ao longo da pesquisa, foi possível indicar similaridades nas concepções de criança e infância, bem como nas diretrizes e leis da educação. O exercício comparativo e as reflexões sobre as políticas para educação infantil poderão contribuir no debate da infância no atual contexto educacional.

Palavras-chaves: Direitos da Criança; Educação Infantil; Políticas Educacionais.

Brasil e Chile: desafios da Educação Integral

Maria Beatriz Paupério Tilton
Doutora em Educação
UniRitter; Unisinos
titton@uniritter.edu.br

Andrea Cristiane Maraschin Bruscato
Doutoranda em Educação
UFRGS; UniRitter
bruscato@terra.com.br

Resumo: A educação integral trata-se de temática universal, que tem sido objeto de estudo e indutora de políticas públicas em vários países. Mais do que ampliação de tempos, a educação integral implica em novos espaços, diversas experiências, aprendizagens significativas, distintos saberes, caracterizando-se como uma concepção de educação enquanto formação integral dos sujeitos, na medida em que potencializa o seu desenvolvimento em suas diferentes dimensões: cognitivas, afetivas e socioculturais. Vários países da América Latina vêm implementando a ampliação da jornada escolar nas escolas públicas de educação básica, como Brasil e Chile. Considerando os contextos históricos, sociais, econômicos e políticos em que se inserem as experiências destes dois países e a importância de estudos que envolvam realidades distintas, foi realizada uma pesquisa por meio de metodologia comparada com o objetivo de identificar dados que apontem para a singularidade e os desafios de cada experiência. O estudo mostrou que no Chile, a *educação estendida* começou na década de 1990, como um fator chave para melhorar a qualidade educativa e sua equidade, estabelecendo a implementação da

jornada escolar completa em todas as escolas primárias públicas e particulares subsidiadas pelo governo. Já no Brasil, apesar da ampliação da jornada escolar estar inscrita no artigo 34 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9394/1996), ganhou visibilidade e atenção a partir da implementação, pelo Governo Federal, do Programa Mais Educação, em 2007, considerado uma estratégia indutora da educação integral em tempo integral e referência para uma política pública, em construção no país. O Brasil ainda enfrenta grandes desafios, que vão desde a universalização da Educação Básica, em todas as suas etapas, até a ampliação da jornada escolar, na direção de uma escola de qualidade para todos, o que vem demandando convergências de esforços na efetivação das políticas educacionais.

Palavras-chave: Política pública; Jornada ampliada; Educação integral.

A educação superior Argentina no governo Néstor Kirchner

Reynaldo Zorzi Neto

Mestre pelo PROLAM

Professor do Instituto Federal de Educação – IFG Campus Anápolis

Resumo: Após a conturbada década de 90, o novo decênio logo apontou para revisão do modelo neoliberal implantado na década anterior, não só na Argentina como em boa parte da América Latina. Durante o governo Néstor Kirchner (2003 – 2007), instala-se uma disputa, no interior do aparelho estatal, sobre o papel que deveria desempenhar o Estado na sociedade e também no ensino superior. As marchas e contra-marchas observadas durante o governo kirchnerista sugerem a diversidade de grupos que subiram ao poder. A ascensão ao poder de setores e atores políticos que fizeram oposição às políticas neoliberais durante o governo Carlos Menem na década de 90 representou um sopro de esperança para aqueles que acreditavam que o Estado deveria ter um papel a representar no ensino superior. Ao mesmo tempo e disputando a hegemonia no interior desse mesmo aparelho de Estado, a sobrevivência de atores governamentais com um discurso ainda afinado com a defesa da redução do Estado na promoção da educação superior como estratégia para diminuir as responsabilidades do Estado nessa área. O presente trabalho tem os seguintes objetivos - a) Analisar o significado da subida ao poder do kirchnerismo na Argentina da década passada, compreendendo este fenômeno não como acontecimento isolado, mas relacionado ao processo de transformação

mais geral do sub-continente; 2) discutir as políticas públicas na área de educação superior implementadas, indicando os conflitos existentes, expressos na formulação de políticas com sentidos contraditórios. A conclusão ainda em caráter provisório e a ser confirmado pela pesquisa é a de que a implementação das políticas públicas para o ensino superior no período representaram a diversidade de posicionamentos e, principalmente, de interesses em disputa. A investigação caracterizou-se por um estudo histórico e crítico do período, relacionando-se sempre as mudanças na Argentina a um contexto maior de transformação das políticas públicas na região.

Palavras-chave: políticas públicas, kirchnerismo, educação superior

Cidadania e Governo Eletrônico na América Latina: apontamentos sobre Brasil e Uruguai

Marcelo Lemos Correia
Mestrando pelo Prolam
mlemos@usp.br

Resumo: Cidadania e Governo Eletrônico na América Latina: apontamentos sobre Brasil e Uruguai Pretende-se mostrar um panorama da participação do cidadão no Governo Eletrônico em países da América Latina. Esse trabalho compreenderá os países que participaram da última pesquisa realizada pela United Nations Public Administration Network (Unpan). O objetivo é problematizar a posição de liderança do Uruguai em relação ao Brasil e demais países da América-Latina. Para tanto, propõe-se apresentar uma síntese da pesquisa "United Nations e-Government Survey" publicada em 2014. E abordar os conceitos de participação, cidadania, e governo eletrônico, a partir da "Carta Iberoamericana de Participación Ciudadana en la Gestión Pública" divulgada pelo Centro Latinoamericano de Administracion para el Desarrollo (Clad) em 2009.

Palavras-chave: governo eletrônico; participação social; cidadania.

A influência da OCDE na formulação de políticas públicas anticorrupção no Chile e no Brasil

Thaís Bialecki
Graduanda na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP
thais.bialecki@gmail.com

Eduardo Saad Diniz

Professor Doutor na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - USP

Professor Doutor do PROLAM- USP

eduardo@saaddiniz.com.br

Resumo: A pesquisa analisa como se dá a influência da OCDE na formulação de políticas públicas anticorrupção, tanto no Brasil, como no Chile, tendo como base a ratificação da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais. **Objetivos:** A corrupção transcende as fronteiras latino-americano, ocupando espaço no diálogo científico de maneira global. Mesmo assim, é necessário perceber que os contextos regionais afetam de modo peculiar não só a corrupção, mas principalmente as políticas públicas estabelecidas para sua prevenção. Dessa maneira, por mais que instituições internacionais instituem diretrizes globais para políticas públicas anticorrupção, a efetivação dessas ocorre de maneira peculiar em cada contexto. Por isso o trabalho se presta a observação da implementação dessas diretrizes nos contextos nacionais do Chile e Brasil. **Metodologia:** Revisão teórica da influência de instituições internacionais no enfrentamento de problemas transnacionais - como é o caso da corrupção - aliada a análise dos relatórios implementação da Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais no Chile e no Brasil. **Resultados Esperados:** Determinar os resultados da influência da OCDE, na formulação de políticas públicas anticorrupção no espaço latino americano, a partir do recorte espacial Chile e Brasil. Perceber como as diretrizes da OCDE se adequaram à realidade latino-americana no Chile e no Brasil e inferir as principais estratégias escolhidas na formulação de políticas anticorrupção. **Palavras-Chave:** Política anticorrupção chilena; política anticorrupção brasileira; padrões legislativos internacionais.

Sessão 2

Arquiteturas possíveis para políticas urbanas inovadoras: diálogos entre São Paulo e Medellín

Mariana Martinez Wilderom

Doutoranda na área de História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da USP
mariana.wilderom@usp.br

Resumo: O trabalho apresentará parte da pesquisa de doutorado da autora (2015-2019) intitulada *Arquitetura para cidades na América Latina contemporânea: distâncias e aproximações entre São Paulo e Medellín*. Essa pesquisa consiste em um estudo comparativo entre Medellín (Colômbia) e São Paulo (Brasil), a partir de um panorama da produção arquitetônica mais recente nessas duas cidades, enfocando projetos que intervêm nas dinâmicas sócio espaciais do território e que estão ancorados em políticas urbanas. O presente recorte discutirá desafios metodológicos da pesquisa comparativa e as principais problematizações trazidas ao caso paulistano com base em análises preliminares acerca da transformação urbana e social ocorrida na cidade de Medellín. A metodologia da pesquisa se utiliza de questões teóricas propostas por Henri Lefebvre que orientam o olhar sobre o trabalho em campo realizado pela autora em 2012. O recorte da análise inclui projetos desenvolvidos durante o governo do prefeito Sergio Fajardo (2004-2007), cujas principais políticas públicas a serem comentadas foram continuadas por Alonso Salazar (2008-2011) e Aníbal Gaviria (2012-2015). Nesse período foram construídos numerosos equipamentos públicos e sistemas de transporte inovadores, complementados por planos urbanísticos de grande escala, que vêm sendo sistematicamente divulgados pela mídia internacional. Por meio desse universo empírico de edifícios e intervenções urbanas, será posta em dúvida a renovação do papel da arquitetura em seu sentido disciplinar. Isto é, serão sistematizadas as questões que conduzem a avaliação de como a formação dos arquitetos e da cultura arquitetônica, ante aos acelerados e problemáticos processos de urbanização, vêm influenciando as diferentes abordagens projetuais, determinando a relação entre arquitetura e a construção da cidade real, contribuindo para a efetividade de políticas urbanas e sociais.

Palavras-chave: São Paulo; Medellín; Políticas Urbanas

O Sistema de Saúde entre o Estado e o mercado na Costa Rica e América Latina

Ricardo de Lima Jurca
Doutorando em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP)
rljurca@usp.br

Maria Izabel Sanches Costa
Doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP)
belcost@usp.br

Aurea Maria Zöllner Ianni
Professora Associada da Universidade de São Paulo (USP)
aureanni@usp.br

Resumo: Na Costa Rica, como no resto da América Latina e Caribe, a continuada expansão do setor privado de produtos farmacêuticos, tecnologias médicas, hospitais, clínicas e planos de saúde conectam o mercado e o Estado em diferentes cenários de pluralização mercantil. No Brasil, estes cenários se constituem no social com a redução das desigualdades de renda e da possibilidade de acesso de grupos sociais menos favorecidos a bens e serviços, até então disponíveis para poucos. Ao analisar a situação da Caixa Costarriquenha de Seguro Social e sua Reforma, e dispor do plano da medicalização da sociedade, reexaminamos categorias e valores tradicionais que foram colocados à prova com a privatização do setor público de saúde. O ensaio que apresentaremos argumenta que a reforma do sistema público de saúde na Costa Rica retirou o centro da "questão social" contemporânea da sociedade, deslocando-a para a relação entre o Estado e o mercado. Sob essa perspectiva, a lei e a moral convivem na atualidade com a mais avançada socialização institucionalmente dependente da ampliação do acesso e a incorporação de processos biotecnológicos. De tal forma que o crescente consumo de bens e serviços de saúde da população emerge como forma de vida comum, e que a universalização da saúde contemporânea se vê desafiada pelo cidadão consumidor. No campo da saúde pública, pensar e repensar essas novas questões sociais podem contribuir para revelar a urgência dos dilemas que nos apresenta a reconfiguração das proteções sociais. Nesse sentido, propomos uma rediscussão dos princípios da saúde pública que foram borrados pelas

políticas estritamente econômicas de conexão de mercados mundiais e grupos de interesse na vida política latino-americana.

Palavras-chave: Estado. Mercado. Saúde.

Políticas públicas de combate à pobreza na América Latina: o caso brasileiro e mexicano

Maria de Fátima Souza da Silveira

Mestranda pelo PROLAM –USP

fatimasilveira@usp.br

Resumo: Os Programas de Transferências Condicionadas de Renda estão presentes em pelo menos quinze países da América Latina, e cerca de 22% da população latino-americana (130 milhões de pessoas) é beneficiária deles, sendo a maior parcela composta por brasileiros (quase 50 milhões) e mexicanos (23,2 milhões), através dos Programas Bolsa Família e Prospera (Oportunidades) respectivamente, segundo dados da CEPAL (2014). O Programa Bolsa Família, por sua vez, constitui-se como o maior programa de combate à pobreza do mundo, por meio da transferência condicional de renda às famílias pobres, priorizando como titulares do benefício às mulheres. O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto do programa na vida de seus beneficiários, e o papel desempenhado por ele na redução da pobreza que caracterizou o Brasil na última década, fazendo um paralelo com o Programa Prospera no México, país que se caracteriza por manter-se a margem da redução da pobreza que caracterizou a região recentemente, mantendo altas taxas de pobreza. Dessa forma, a metodologia para o desenvolvimento dessa pesquisa perpassa a revisão bibliográfica temática, levantamento e análise de dados, e entrevistas que foram realizadas com beneficiárias do Programa Bolsa Família em Redenção/Ceará sobre suas percepções acerca do programa em si, da pobreza, fome e do preconceito, no âmbito do Projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”, cujo atuei como bolsista.

Palavras-chaves: Pobreza, Bolsa Família, Prospera.

Alternativas de seguridad pública en Latinoamérica y la policía comunitaria: balance de dos décadas en Santiago, Córdoba y San Pablo

Eduardo Saad-Diniz

Professor Doutor na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP

Professor Doutor Prolam/USP

eduardo@saaddiniz.com.br

Luiza Veronese Lacava

Graduanda na Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP – FDRP-USP

luizalveronese@gmail.com

Resumo: La investigación analiza la implementación de la táctica de policía comunitaria como una alternativa a la crisis de modelos de seguridad pública enfrentada hoy por gran parte de los países de Latinoamérica, con énfasis en las experiencias de Chile, Argentina y Brasil. **Objetivos:** Admitiéndose la existencia de un contexto latino-americano de súper población carcelaria, segregación del espacio urbano, exclusión y estigmatización de sectores de la sociedad y desconfianza en relación a la institución policial, además de la inminente necesidad de repensar estrategias de seguridad pública y reformular la actuación de la policía, se investiga la potencialidad de la seguridad comunitaria como alternativa a la disminución de los índices de criminalidad y de la sensación de inseguridad. Se hará un balance de los resultados concretos y estrategias utilizadas por los programas *Cuadrante*, implementado en 1998 por los Carabineros (Chile), del plan de seguridad comunitaria desarrollado por la policía de Córdoba (Argentina) desde 1996, y de la actuación del plan de policía comunitaria, implementado por la Policía Militar de la provincia de San Pablo (Brasil) en 1997. Basado en estas experiencias será analizado el plan de Bases Comunitarias Mables implementado por el gobierno de la provincia de San Pablo y que representó en los últimos 5 años el mayor investimento de la provincia en el campo de la seguridad comunitaria. **Metodología:** Revisión teórica del concepto de seguridad comunitaria y análisis de las experiencias de policía comunitaria, con base en cifras de criminalidad y encuestas de sensación de inseguridad antes y después de implementados los programas, bien como datos disponibles de las policías con relación al funcionamiento de estos. **Resultados Esperados:** Realizar un mapeo de los principales avances y desafíos enfrentados por los programas de seguridad comunitarias

analizados, discutir la utilización de la seguridad comunitaria en Latinoamérica como alternativa de reformulación de seguridad pública, e identificar las principales características y posibles equívocos del plan de Bases Comunitarias Mobles de la provincia de San Pablo.

Palabras-Clave: Policía Comunitaria; Seguridad Publica; Bases Comunitarias.

As políticas públicas no Haiti e Brasil como mecanismos de proteção aos direitos humanos das crianças em condições de escravidão infantil

Raíssa Maria Londero

Mestre pelo PROLAM/USP, bacharel em Direito pela Universidade Paulista;
Assistente jurídica do Centro de Direitos Humanos e Cidadania para o Imigrante

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar um estudo teórico e etnográfico sobre o fenômeno dos *Restavek's* no Haiti, ou seja, a escravidão doméstica infantil do país caribenho que assola atualmente cerca de 300 (trezentas) mil crianças, e uma reflexão comparativa com casos análogos no Brasil. A escolha pela apresentação comparativa justifica-se pela atual conjuntura internacional estabelecida entre estes dois países da América Latina, na qual o estreitamento das relações sociais e a convivência necessária entre os povos destes países se comunicam cada vez mais, seja através do processo de imigração para o Brasil, seja pelo processo de intervenção humanitária da ONU, e que o Brasil teve destaque em sua participação por lidera-la. Além disto, a aproximação considerou-se importante pelo fato de o Brasil formalmente já ter superado as práticas escravagistas oriundas de seu processo de colonização e, encontra-se atualmente estabilizado, em relação ao Haiti, em suas dimensões institucionais, podendo, assim, através da integração com os haitianos eventualmente colaborar na conscientização de que a prática da escravidão infantil prejudica o desenvolvimento de um país. Neste sentido, o objetivo deste trabalho consistiu em trazer à tona este fenômeno pouco conhecido na América Latina e no mundo, relacionando-o com as práticas semelhantes que ocorrem ainda no Brasil, apresentando as políticas públicas brasileiras eficazes no combate ao trabalho escravo infantil e apresentando as ineficácias de políticas públicas no país caribenho possíveis de combater o fenômeno dos *Restavek's*, sendo este considerado por organismos internacionais fruto da pobreza e do não acesso a educação. Assim, apresentaremos as políticas públicas nos dois países diante da problemática do trabalho infantil doméstico enquanto mecanismos necessários de proteção dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Políticas públicas, Haiti, Brasil, Restavek's, Escravidão infantil

**A importância de fatores político-institucionais na construção de políticas redistributivas:
uma comparação entre os programas de redistribuição de renda no Brasil, México, Chile e
Uruguai**

Isis Arantes Maciel de Souza

Doutoranda no Programa de Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais

Professora na Universidade Estadual de Minas Gerais

isisarantes.ufmg@gmail.com

Resumo: As políticas sociais são determinadas por fatores político-institucionais tais como competição política, legado e características institucionais (CASTLES, 1982; CHHIBBER E NOORUDDIN, 2004; HICKS E SWANK, 1992). Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto de fatores político-institucionais de alguns países da América Latina sobre a formulação e implementação de políticas de redistribuição de renda. Analisaremos o Programa Bolsa Família implementado pelo governo brasileiro em 2003, o Oportunidades introduzido pelo governo mexicano em 1997, o Chile Solidário criado em 2002 pelo governo chileno e os programas Panes e Asignaciones Familiares criados pelo governo uruguaio. Essa escolha se justifica por serem países que tiveram suas guinadas à esquerda, entretanto, essas guinadas se deram de maneiras mais e menos intensas. Entendemos como fatores político-institucionais os legados socioeconômicos, o sistema eleitoral, a história política, as políticas prévias (legado), as características institucionais e o contexto político dos países. Hipotetizamos que existem diferenças referentes a esses fatores político-institucionais entre os quatro países, essas impactam no entendimento dos governos sobre sua pobreza. Consequentemente elaboram diferentes caminhos na formulação e implementação de políticas públicas. A metodologia consistirá em revisão bibliográfica e análise documental. Esperamos como resultados elaborar robusta revisão bibliográfica sobre os países analisados e construir uma análise exploratória dos fatores político-institucionais que podem ter influenciado na elaboração das políticas de redistribuição de renda.

Palavras-chave: América Latina; políticas redistributivas; fatores político-institucionais